

Ilana Feldman

**Daqui de Brasília
Crônicas de um
confinamento sem fim**

**Editora Grumo
Serie Gafañoto**

Crônicas



**DAQUI DE BRASÍLIA:
CRÔNICAS DE UM
CONFINAMENTO SEM FIM**

Feldman, Ilana
1era edición – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grumo
editorial, 2021
23 p. 20 x 13 cm – (Serie Gafañoto Crónicas)

1.Crónicas

Editora Grumo
Editores: Paula Siganevich, Paloma Vidal, Mario Cámara

Buenos Aires/Argentina
São Paulo / Brasil

ISBN: 978-987-48066-0-4

Ilana Feldman

DAQUI DE BRASILIA

**EDITORA GRUMO
SERIE GAFAÑOTO
CRÓNICAS**

*para Anna e Rosa, recém-che-
gada, futuros do presente*

6 de maio de 2020

Às 6h15 o sol desponta no horizonte todos os dias diante de minha janela em Brasília. Enorme e flamejante, ele me cega. Todos os dias, o mesmo ritual, como se a normalidade da vida seguisse seu curso. Todos os dias, não sei mais distinguir o que é normal do que não é. O que vejo do que não vejo. Não sei mais o que faço em nome da vida e o que me expõe ao risco da morte. Não sei mais quem são meus vizinhos.

Ofuscada pela luminosidade dessa imensa abóboda celeste, tenho aqui a sensação de não ver nada. Nada além do nome de Deus – e suas variações como Luz e Paz – inscrito, pichado, escrito e até mesmo rasurado em troncos de árvores, postes de luz, sinalizadores de trânsito, caçambas de lixo. Seria essa uma espécie de ativismo evangélico e

político? A manifestação de um delírio coletivo, de uma fascinação total?

“O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, brada-se. Mas nunca tive tanta certeza de que aqui tanto Deus como o diabo estão, literalmente, em cada detalhe – abaixo de tudo e todos.



15 de maio

Há mais de dois meses estamos confinados, em quarentena. Em 11 de março as escolas fecharam, sem aviso prévio e data certa para a reabertura. Fomos pegos desprevenidos, estupefatos. Em 24 de março foram os parquinhos infantis das superquadras que passaram a ostentar correntes e cadeados. As crianças, também elas, não entenderam, espantadas. Nosso pequenino mundo privado começou a se reduzir, a dar notícias do que estaria por vir.

Há mais de dois meses acompanhamos aflitos os últimos acontecimentos, a curva da transmissão do vírus, o número de mortes, o vai-e-vem dos ministros da saúde, a execução de um projeto de desmonte do país. Há mais de dois meses não escrevo, não leio, mergulhados que estamos em faxinas, preocupações e desinfecção das compras do mercado. Mas ainda assim tentamos nos

alegrar, fazemos bolos e comemoramos os aniversários confinados. Hoje, no entanto, dei-me conta de que essa estranha e amorfa suspensão do tempo ainda demorará muito para emitir sinais de que vá terminar. Diante de tanta opacidade, de tamanha apreensão, preciso tentar dar às datas uma forma que seja, uma fisionomia reconhecível, já que os dias não mais se distinguem. Tento escrever.

22 de maio

Algumas pessoas perguntam como é a experiência de estar em Brasília, como se estar aqui garantisse o acesso a alguma verdade, a algum saber. Eu fico um pouco sem graça a cada vez que tento esboçar uma resposta. Desde que chegamos, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, nunca me senti tão longe das deliberações do poder, tão distante dos acontecimentos políticos, tão afastada de alguma coisa que se possa chamar de “brasilidade”. Mas também tão próxima de palavras autoritárias, delirantes e odiosas que ecoam vazias desde a Esplanada, em carros de som longínquos, como a sonoplastia de um pesadelo dadaísta. Não conheço outra cidade brasileira que proporcione essa sensação de se estar, simultaneamente, dentro e fora do Brasil.

Brasília, misto de tranquilidade permanente e angústia persistente, refúgio e tormento, é meu exílio – e, enquanto caminho por entre os espaços verdes e vazios de uma superquadra, recordo um verso de Edmond Jabès: “O exílio foi, talvez, a primeira questão, pois o exílio foi primeira palavra”. Mas isso me ocorria antes de “o trabalho liberta”, “quarentena é campo de concentração”, “o nazismo é de esquerda”, enfim, das botas em marcha. Uma catástrofe começa quando as palavras são sequestradas. Exiladas.

31 de maio

É domingo de manhã. O Hino Nacional toca ao longe. Ao que parece, vem da Esplanada dos Ministérios, das margens plácidas do Ipiranga. Sonolenta e absorta, demoro a perceber o brado retumbante desse povo heroico. Com uma vassoura numa mão e uma bucha de cozinha na outra, cato fios de cabelo pela casa, recolho brinquedos e esfrego freneticamente paredes rabiscadas. Apesar do cansaço, meus braços parecem incansáveis, disciplinados como dois soldados militares, determinados a capturar cada floco de poeira fugitiva, enquanto lá fora o sol da liberdade, em raios fúlgidos, brilha no céu da pátria nesse instante.

Desconfio se estou sonhando acordada ou dormindo em vigília. Desde outubro de 2018 não sei mais distinguir os pesadelos das notícias de jornal, os sonhos intensos

dos raios vívidos. Minha filha de dois anos vem interromper meu torpor. Com o rosto risonho e límpido, ela me entrega uma boneca cujas mãos estão besuntadas de álcool em gel.

Ó Pátria amada, idolatrada, nos salve, nos salve.

5 de junho

Hoje chegamos a 35.047 mortes oficiais, mas o governo brasileiro decide mudar a estratégia de divulgação da contagem total de mortos e apaga dados oficiais do site do Ministério da Saúde.

10 de junho

Leio, nos últimos dias, em diferentes jornais: presidente “esconde”, “oculta”, “elimina”, “manipula”, “deixa de publicar” e “promove apagão”.

A realidade política brasileira parece uma espécie de buraco negro: aquilo que se produz pela atual tentativa de dissimulação do número total de mortos e infectados por Covid-19 no Brasil. Se até então precisávamos defender que nossos mortos tivessem direito a seus nomes e identidades, para que um processo de luto público e social pudesse ser efetivado, agora precisamos lutar para que esses mesmos mortos tenham direito a fazer parte das estatísticas. Tenham direito a ser número.

É preciso não esquecer, eu preciso não esquecer: a principal estratégia de regimes

autoritários e totalitários é não simplesmente o genocídio de uma parte da população, mas o apagamento dos vestígios dessa destruição. Nessa dupla negação gerada pela violência de Estado, é a própria possibilidade do luto e de sua elaboração que é colocada em suspensão.

Pressinto que mais uma vez em nossa história ainda seremos assombrados pelo que foi negado.

14 de junho

O frio seco da noite traz com nitidez os estampidos dos rojões lançados na Esplanada. Sinto um frio na espinha. Rojões em geral são lançados para celebrar alguma coisa, mas agora é um tanto diferente: eles os lançam para celebrar seu próprio poder de ameaçar. Na manhã seguinte, ouço pelo rádio que, não satisfeito em tentar invadir o Congresso Nacional na tarde de sábado, o acampamento “300 do Brasil” insiste na intimidação da democracia por meio do espetáculo noturno de seus rojões e rosnados. Nesse clima de ameaça permanente, paira sobre mim o que ouvi do faz-tudo encarregado de subir minha mudança, no primeiro dia da chegada em Brasília, na antessala do segundo turno das eleições. Findado o esforço físico, contornado o suor numa tarde abrasadora de outubro de 2018, ele soltou,

com aquele tom de ameaça amena: “depois do dia 28 vocês vão ver”.

O que será que ainda vamos ver?

Um dia, terminado o curso das balas, arrefecido o delírio daqueles 300 e dos 30%, poderei voltar a sorrir com os versos do poeta Nicolas Behr:

*Brasília
é isso mesmo
que você está vendo
mesmo que você
não esteja
vendo nada*

22 de junho

A camiseta preta, como era de se esperar, ficou coalhada de água sanitária. Que ideia, vestir preto para fazer faxina. Só que agora o luto havia se transformado em rotina, assim como o uso diário do alvejante. Aliás, quanto maior o desespero, a vontade de chorar, a indignação, a morte por minuto e à prestação, maior é a necessidade de alvejar a casa, desinfetá-la, expurgá-la de todo o mal. Mas onde está o mal? Invisível como um vírus ou bem visível, aqui ao lado? De acordo com o Google Maps, estou a menos de 5 km do Palácio do Planalto. Em apenas 40 minutos de caminhada eu poderia tocar o núcleo duro da doença que nos mata: “e daí?”, “o país não pode parar”, “o trabalho, a união e a verdade libertarão o Brasil”, “vocês querem desenterrar os mortos”, “o passado já passou”.

Sim, somos os país do futuro, é claro. Mas aqui a destrutiva locomotiva do progresso deu lugar a um trem fantasma descarriado. No futuro, os 43 mil retornarão – simplesmente porque, sem direito a luto público, eles continuam entre nós. E não haverá água sanitária que faça desaparecer esse cheiro de extermínio.

26 de junho

“Que mundo você quer pós Covid?”

“Por que queremos nossa extinção?”

Leio em letras garrafais sobre o chão de uma ciclo-faixa, nas raras vezes em que saio de casa.

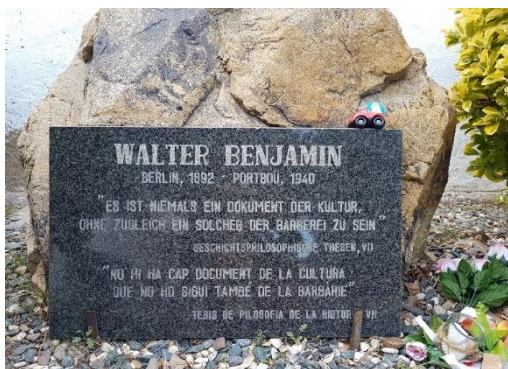


30 de junho

Acompanhando as breves crônicas de uma colega sobre um cemitério de Copenhague, me pergunto por que é que, afinal, esse nunca foi um programa brasileiro, nem mesmo antes de nossos cemitérios terem se transformado nessa imensa e insalubre vala comum. Seria em razão de nossa crônica falta de memória e perspectiva histórica? Pela ausência de charmosos corvos e ciprestes?

Em outubro de 2019, numa ida à Portbou, cidade espanhola fronteiriça com a França, visitei o pequenino cemitério onde Walter Benjamin fora enterrado, após ter cometido suicídio em 27 de setembro de 1940. Fugindo da perseguição nazista, sem forças e sem esperança, Benjamin colocou um ponto final em sua vida em um lugar emparedado entre os Pirineus e o Mediterrâneo, entre o

fechamento da montanha e a abertura do mar. Sobre seu túmulo, alguém – uma criança ao que parece – lhe deixou como homenagem um carrinho.



Enquanto me recordo dessa imagem, dou-me conta, pela primeira vez, de que nunca vi um cemitério em Brasília. Perplexa, procuro por um e descubro que a menos de dez quilômetros de casa há um tal de “Campo da Esperança”.

6 de julho

Não vejo muita coisa de minha janela em Brasília. Estou no 5º andar de um edifício de 6. O prédio da frente é recuado, à mesma altura, como o são todos os prédios da quadra e do Plano. À esquerda e ao fundo, vejo a linha do horizonte, de um verde que se perde no azul. Não ouço sinos ao longe e não são muitas as panelas que se fazem escutar. Mas sei que posso contar com a cumplicidade dos vizinhos ao lado e à frente. Não foram poucas as vezes em que minha filha de dois anos gritou “foola!” e riu de nossas frigideiras roucas pelo vento.

A horizontalidade de Brasília me traz paz, mesmo que seja uma paz “artificial”, como Clarice Lipsector se referia à cidade em suas conhecidas crônicas – “Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado”. Por isso, se quero ver

algo além do horizonte, preciso descer. Preciso submergir até as passagens subterrâneas da cidade, aquelas só frequentadas pelos condenados ao precário e insalubre transporte coletivo. A minha paz é a sua exclusão.

Nesses percursos, sorrio. Ao contrário das inscrições de Deus, Paz e Luz distribuídas pelo Plano, aqui vejo outra coisa. Em cores vivas e traços decididos, pede-se por mais beijos, mais amor, mais imaginação. Que a vida resista no subterrâneo, ainda é algo que deveria fazer vibrar e dobrar as painéis.



12 de julho

Não sei mais o que está acontecendo. Há algum tempo parei de acompanhar as notícias e os números. Quando era criança, havia sempre o momento em que chegava no número-limite de carneirinhos. Depois de certa quantidade, não conseguia mais contar. Era vencida pela exaustão e dificuldade em dar uma imagem à aglomeração de caprinos saltitantes. Minha insônia precoce foi minha primeira experiência de *nonsense*: era quando tudo parecia normal, no silêncio da madrugada, que me via diante do sem sentido e da perplexidade da existência.

Hoje não padeço mais daquelas insônias, embora a perplexidade continue. As noites em claro deram lugar a uma intensa vida onírica, como se os olhos continuassem abertos, mas agora em outro sentido. As manchetes de jornal, os acontecimentos do

dia, o número já incontável de mortos, o ódio e o desprezo que nos animam como sociedade, como se fôssemos mamíferos bovídeos diante do abatedouro, têm sido substituídos pelos pesadelos os mais sinistros. No último deles, eu matava o presidente da República enquanto era filmada em uma superquadra. Pela primeira vez em um de meus sonhos recentes não senti culpa por matar alguém. Mas fiquei apavorada por ter esquecido a máscara.

15 de julho

No silêncio da madrugada, tentando algum autoconsolo, só consigo pensar que, tão logo, antes de nós, os ipês amanhecerão floridos e opulentos. É julho na capital federal, mês mais bonito e alvissareiro do ano. Mas se a natureza celebra seu curso independentemente de nós, um dia, espero crer, os ipês hão de dar testemunho.

20 de julho

Continuo encontrando verdade e graça no absurdo dos meus pesadelos. Nessa trombada misteriosa entre o radicalmente pessoal e o inescapavelmente coletivo, entre o dentro e fora, já sonhei com homens mortos escondidos debaixo do guarda-roupa do quarto junto a objetos argilosos de tempos passados; com a invasão do apartamento por velhinhas chinesas; com um centro de tortura no segundo andar de um shopping center; com o dilema entre fazer concurso para a universidade ou abrir uma loja de embalagens; e até com um verso de “Tabacaria”, do Fernando Pessoa, poema de um confinado ao pé de uma janela. Dessa vez acordo sorrindo. “Meu coração é um balde despejado”.

Diz a lenda que Brasília também fora concebida em um sonho. Em 1883, Dom Bosco,

fundador da ordem dos Salesianos na Itália, sonhou com o Brasil. Entre os paralelos 15º e 20º, onde se situa o planalto central, o santo teria vislumbrado aquela que seria “uma terra prometida”, de uma “riqueza inconcebível”. Setenta e sete anos mais tarde é inaugurada a capital: encontro utópico entre o misticismo e o sonho do modernismo.

Mas, parafraseando Pessoa, se Brasília tem em si “todos os sonhos do mundo”, ela será sempre “o que não nasceu para isso”.

27 de julho

Há doze semanas, desde que comecei a fazer essas notas, tenho a sensação de ser dramática demais. Talvez seja minha natureza, intensificada por esse evento que nos assola. Como nomear? Calamidade, tragédia, desastre? No entanto, nenhuma dessas palavras me parece adequada, pois tingem de inevitabilidade histórica o que nos acontece. O Brasil é um oxímoro: terra do carnaval e da reinvenção, é também o país do genocídio e da fatalidade. (De novo, não consigo conter a dramaticidade.)

Neste momento em que as palavras “horizonte”, “futuro”, “perspectiva” e “utopia” perderam todo o sentido, já troquei um punhado de esperança por um sorriso do dono da Tabacaria.

Aqui estamos com 87,6 mil mortos.

3 de agosto

Primeiro fecharam as escolas. Depois os parques públicos, as praças, espaços de convivência coletiva. Em seguida fecharam os parquinhos infantis. Na sequência nos fechamos em casa – e assim nossa boca, perplexa, atônita, crispada, também se fechou no aguardo do que estaria por vir. E então as gentes começaram a morrer. E então as gentes continuaram a morrer. E então as gentes não pararam mais de morrer. Finalmente, quando a morte estava por todo lado, abriram os parques públicos. Os shoppings centers. O comércio das superquadras.

Dizem-nos que o Brasil não pode parar. Que desemprego mata mais que vírus. Que a letalidade é efeito colateral. “Tem medo do quê? Enfrenta!” Dizem-nos também que são as crianças da primeira infância a principal

fonte de transmissão assintomática. Por isso, os parquinhos infantis devem seguir fechados. Mas são eles, os de maior, os governantes, os cidadãos diplomados, os homens de bem, que precisam se divertir. Que brincam com a nossa cara. Que jogam com as nossas vidas.

- Mamãe, por que o parquinho tá fechado?

Não sei mais que explicação dar à minha filha.

8 de agosto

“Brasil supera 100 mil mortes por Covid-19”.

Sabe-se que a primeira vítima foi uma mulher de 57 anos, morta em 12 de março em São Paulo. Depois dela, mais quatro pessoas da mesma família faleceram em um intervalo de 40 dias. Já no estado do Rio, a primeira vítima foi uma mulher de 63 anos, em 19 de março. Empregada doméstica, pegou o vírus da patroa moradora do Leblon, recém-retornada de uma viagem à Itália.

100 mortos são dignos de nome, 1000 mortos são dignos de número, mas 100 mil se tornam uma abstração. Sinto que agora ultrapassamos todos os limites, ou, melhor dizendo, que não há nem nunca houve limites aos olhos dos atuais pastores da morte. Aquilo que era “inimaginável” tornou-se

mais uma vez realidade – mais uma das realidades, em nossa história, sem imagem.

Talvez tenha sido por essa razão que parei de sonhar nas últimas semanas. Seria porque nem os sonhos, sismógrafos de uma realidade estruturada como tormento, têm sido capazes de dar uma imagem ao que vivemos? Seja como for, meus pesadelos corriqueiros deram uma trégua: estão de luto.

12 de agosto

A necropolítica brasileira é assim, amadora e profissional, patética e calculada: mistura de chanchada macabra com *snuff movie* para valer. Éramos o país da alegoria, do futuro. *Terra em transe* foi a personificação barroca de nossa decadência política por vir. *Lavoura arcaica* tingiu de sangue a ordem familiar patriarcal que ainda rege o país. *A hora da estrela* deu corpo a uma nordestina massacrada pela desigualdade social, anulada pelo poder olímpico dos homens de bem. Seja no cinema ou na literatura, essas foram representações do que fomos ou do que poderíamos ter deixado de ser. Sim, foram, pois agora sou tomada pela sensação de que as representações acabaram, de que a dimensão simbólica da linguagem chega ao fim, de que a cultura não exerce mais uma mediação entre nós: tudo

é literal, nas vias de fato. Junto às 1000 mortes diárias e às mais de 100 mil mortes “acumuladas no período”, a linguagem também tem sido assassinada – e isso não é uma metáfora.

17 de agosto

Como iremos, futuramente, nos recordar desse tempo, esse tempo de suspensão, de exceção, de extinção? Esse tempo nebuloso e indefinido, sem escola, sem ajuda, sem família nem amigos por perto, sem data para terminar, sem perspectiva de mudança, sem nada para começar. Esse tempo em que sensações, pensamentos, angústias, sonhos, exaustão e esquecimentos se confundem, como se vivêssemos suspensos naquela espécie de densa nuvem de poeira que costuma vir depois de terremotos e cataclismos.

Escrevo para tentar “dar às datas uma fisionomia”: tomo emprestada uma expressão de Benjamin em seu projeto das *Passagens*. Escrevo para não perder o sentido do calendário, para tentar deixar algum traço ou registro de uma experiência que, certamente,

tenderá a se apagar, seja por negligência, recalque, esquecimento voluntário ou qualquer forma de anistia do passado que neste país conhecemos tão bem.

E quando penso em nossos filhos e nas gerações por vir, pergunto-me também o que dirão e mostrarão os livros didáticos de história que eles ainda hão de ler na escola, depois de tudo isso passar.

21 de agosto

Num intervalo entre a desinfecção das compras e especulações futurísticas, assisto a uma animação de “Aquarela”, do Toquinho e Vinícius, com minha filha. Fico emocionada. Relembro de minha própria infância, do que esperava da vida diante de um sol amarelo, de um barco a vela branco navegando, de um avião rosa e grená, naquela lendária propaganda da Faber-Castell. Ela ainda não tem dois anos e meio, mas ainda assim tento lhe explicar o que significa a palavra “futuro” quando Toquinho canta em 1983, na mesma época da campanha pelas Diretas-Já, que sem pedir licença ele muda a nossa vida e depois convida a rir ou chorar.

Mas a pequena não parece interessada.
Exercendo seu direito de ser puro agora,
apenas olha para mim e suplica:

- Dança, mamãe, dança!

26 de agosto

Há tempos não me recordo mais dos meus sonhos como antes. É como se suas narrativas tivessem sido sequestradas pela falta de sentido que nos habita, substituídas por flashes autônomos: um corredor de hospital; uma sala de espera; uma casa que não reconheço como minha, repleta de degraus, escadas e portas fechadas. Por vezes experimento uma série de máscaras: de papel, tecido, plástico. Mas sufoco em cada uma delas.

Em *Sonhos no Terceiro Reich*, livro publicado originalmente em 1966, a jornalista alemã Charlotte Beradt recolheu os sonhos dos alemães nos anos de pré-guerra, entre 1933 e 1939. Sem ser psicóloga ou antropóloga de formação, ela percebera que uma mutação sem precedentes se realizava na

vida onírica dos alemães de então, cujos sonhos eram a única possibilidade de uma “vida privada” resguardada no contexto da experiência totalitária que começava a se instalar no país. Em um dos casos coletados, um homem passa a sonhar sempre com formas geométricas, como triângulos, retângulos e octógonos, segundo Beradt, por “precaução”.

31 de agosto

É manhã na cidade da utopia, na cidade da distopia. Coloco uma máscara e me esforço para sair um pouco e caminhar. A 600 metros do apartamento, alguém, disposto e bem-humorado, pendurou sobre um galho de árvore uma espécie de placa de automóvel com os dizeres:

“Nunca deixe de sonhar”



Hoje no Brasil há 121.515 sonhos desaparecidos. Nos próximos meses eles serão ainda mais numerosos, mas já teremos nos habituado e deixado de nos abismar, prostrados, resignados. Desde a deposição de uma ex-presidente, em abril de 2016, o indefensável vem sendo “normalizado” pelas instituições brasileiras, pela imprensa, pelos gestores da vida e da morte que nos governam. Como me dizia aquele faz-tudo na véspera das últimas eleições presidenciais, “depois do dia 28 vocês vão ver”.

O que será que ainda há para ver?
Com o que ainda poderemos sonhar?

Sento em um raro banco pelo caminho e, em vez de procurar o celular percorrendo o interior da bolsa com as mãos, naquele automatismo habitual, olho para baixo. A meus pés, sobre a terra vermelha do cerrado, um

batalhão de formigas disciplinadas trabalha indiferente.

Ilana Feldman tem pós-doutorado em Teoria Literária pela UNICAMP e em Meios e Processos Audiovisuais pela USP. É doutora em cinema pela Escola de Comunicações e Artes da USP, com passagem pelo Departamento de Filosofia, Artes e Estética da Universidade Paris 8. “Daqui de Brasília: crônicas de um confinamento sem fim” teve como gênese suas contribuições semanais à revista Queimada, criada durante a quarentena e disponível no Instagram de 25 de maio a 24 de agosto de 2020, mês em que o Brasil somava mais de 120 mil mortos por Covid-19. Hoje, no momento desta publicação, o país ultrapassa a marca de 320 mil.

*

SERIE GAFANO



Este libro se terminó de maquetar en el mes abril de
2021
Ciudad de Buenos Aires, Argentina

ISBN 978-987-48066-0-4



9 789874 806604